

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

De acordo com o programa eleitoral do Governo, a crise demográfica, e a promoção da igualdade de género, foram duas das preocupações que levaram o Governo e a atual maioria a comprometer-se com a existência de um “visto familiar”.

Citando a formulação usada no programa que suporta a atual maioria, essa medida defende que “qualquer iniciativa que seja aprovada em Conselho de Ministros requer a previa aposição do “visto familiar”, ou seja, uma avaliação quanto ao impacto que tem sobre a vida familiar e o estímulo à natalidade”.

No entanto, desde que tomou posse, várias foram as medidas tomadas por este Governo que dificultaram especialmente a vida das famílias com filhos. É o caso da diminuição dos apoios, por criança, aos beneficiários do RSI; o fim do desconto universal dos passes para jovens e estudantes; a diminuição das deduções fiscais no IRS; reduções nas prestações sociais, bem como alterações na lei laboral e a notória compressão do rendimento disponível das famílias.

O resultado está à vista. Para lá de toda a retórica com a preocupação com a taxa de natalidade, que se tornou num dos temas do recente congresso do PSD, o saldo natural (diferença entre número de nascimentos e óbitos) é cada vez mais negativo. Em 2001 o saldo natural era de 7.7, em 2011 -6.0 e em 2012 quase que triplicou para -17.8. Pior, com a emigração crescente, especialmente de jovens, este indicador negativo terá tendência para aumentar e não o contrário.

Atendendo a este cenário, e até porque o Governo nunca tinha comunicado a sua existência e aprovação, foi com espanto que o Bloco de Esquerda tomou conhecimento pela imprensa que o visto familiar tem vindo a ser aplicado.

Em declarações à edição do Jornal de Negócio de 6 de março deste ano, fonte oficial da Presidência do Conselho de Ministros garantiu que todos diplomas ou resoluções aprovadas contemplam “o impacto da respetiva medida em termos de política familiar”.

Tendo em conta que esta medida foi uma das bandeiras eleitorais de um dos partidos da atual maioria governamental, a relevância do tema e que se encontra inscrita no programa de Governo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera essencial o conhecimento dos resultados e estudos do visto familiar. O debate informado nasce da existência de dados fiáveis e acessíveis aos cidadãos. A transparência política e dos atos da administração pública deve levar o Governo a disponibilizar informação que, contrariamente a tudo o que era do conhecimento público, afinal parece que existe.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar ao Governo, através do Ministro da Presidência, os seguintes documentos:

Documentação e estudos, no âmbito do que ficou conhecido como “visto familiar”, “o impacto da respetiva medida em termos de política familiar”.

Palácio de São Bento, segunda-feira, 17 de Março de 2014

Deputado(a)s

CECÍLIA HONÓRIO(BE)